

ASPECTOS PRELIMINARES DA FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DE PROFESSORAS PRIMÁRIAS NO ALTO SERTÃO PARAIBANO (1970-1980)

Rozilene Lopes de Sousa Alves¹

Joaquim Tavares da Conceição²

Universidade Federal de Sergipe-UFS

RESUMO

Esta comunicação discute aspectos da história da profissão docente por meio de memórias de expressão oral de professoras que atuaram na docência no ensino primário, em escolas do Alto Sertão Paraibano. Especificamente, objetiva-se delinear aspectos históricos e teóricos da formação de professores no Brasil no século XX; Caracterizar a trajetória de formação de professores do Sertão paraibano. A metodologia do estudo é de natureza qualitativa, de caráter documental focada, especificamente, da história da profissionalização docente na segunda metade do século XX. O recorte histórico, compreendido entre as décadas de 70 e 80 do século XX, justifica-se por se constituir num período da criação e implantação de escolas públicas no Sertão paraibano. O *corpus* da pesquisa é constituído por professoras que atuaram em escolas primárias no Alto Sertão Paraibano, entre as décadas de 1970 a 1980, com formação no magistério ou leigas. O estudo contribuirá para a caracterização, discussão e compreensão da constituição e consolidação da profissionalização docente, a partir da escuta, escrita e análise de histórias orais temáticas das professoras colaboradoras.

Palavras-Chave: História da Educação Brasileira. Profissionalização Docente. Escolas Normais. Sertão Paraibano.

Introdução

A pesquisa histórica educacional brasileira, nas últimas décadas, tem se fortalecido significativamente, especialmente no tocante às abordagens teórico-metodológicas, pautada principalmente numa historiografia, para além da abordagem positivista. Essa vertente investigativa centrava o seu foco, na descrição de fatos políticos, a partir das análises de narrativas que, realçavam especialmente as dimensões políticas da vida social, embaçando outras possibilidades de leitura e análise crítica do processo sócio-histórico que também se atrela às práticas educativas.

A virada pragmática das pesquisas em história da educação brasileira no século XX passa a tomar como uma de suas bases teórico-metodológicas os fundamentos da História Cultural, um movimento historiográfico que surgiu na França na primeira metade do século XX, que enfatiza, em sua essência que o tempo histórico se constitui de um somatório de fatos passível de análises sob abordagens de diferentes métodos e técnicas, que dá ao pesquisador a possibilidade de recorrer a diferentes tipos de fontes.

A presente pesquisa inscreve-se no contexto da história oral temática, uma vez que objetiva contribuir essencialmente, para registrar fatos na memória, experiência e participação nos acontecimentos.

Nesta perspectiva, justifica-se a importância da presente pesquisa, cujo objetivo geral é compreender, por meio de memórias de expressão oral, como se deu a formação de professores que atuaram, na docência, em escolas do Sertão Paraibano entre as décadas de 70 e 80 do século XX. Especificamente, objetiva discutir as práticas formativas e de docência de professores no Brasil na segunda metade do século XX, caracterizar a trajetória de formação e prática de professores do Sertão paraibano, entre os anos 70 e 80 do século XX, evidenciar a importância do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (Cajazeiras – PB) e Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (Sousa – PB) para a formação de professores do Sertão Paraibano, especialmente na segunda metade do século XX.

Algumas questões foram elaboradas no desenvolvimento do trabalho: Como se deu a formação de professores que atuaram, na docência, em escolas do Sertão Paraibano entre as décadas de 70 e 80 do século XX? Qual a importância do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (Cajazeiras – PB) e do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (Sousa – PB) para a formação de professores do Sertão Paraibano, especialmente na segunda metade do século XX?

A demarcação do recorte histórico-temporal, compreendido entre as décadas de 70 e 80 do século XX, justifica-se por se constituir num período de efervescência de criação e

implantação de escolas públicas no Sertão paraibano e, por conseguinte, pela consolidação e busca maior da profissionalização docente.

O corpus da pesquisa é constituído por entrevistas gravadas com 10 professoras formadas em Escolas Normais do Alto Sertão Paraibano, que atuaram na docência entre as décadas de 1970 a 1980.. A escolha destas colaboradoras foi definida, tendo como critérios principais a formação em nível normal e exercício da docência, em escolas localizadas na região de Cajazeiras e Sousa, entre as décadas de 70 e 80 do século XX. Denominamos essas professoras como “colaboradoras”, porque tomamos como um dos materiais de análise para a presente pesquisa as memórias de expressão oral, registradas por meio de entrevistas orais gravadas.

O presente estudo vale-se, portanto, da perspectiva documental, especialmente, de memórias de expressão oral de professores, coletadas junto às colaboradoras, por meio de entrevistas gravadas. Para tanto, adota os procedimentos da história oral temática que, na perspectiva dos cidadãos comuns serve para o registro da percepção da história cotidiana por essas pessoas. Constitui-se, portanto, como a formulação de documentos, que se opõem às situações estabelecidas e se explica no confronto de opiniões. É, sobretudo, uma pesquisa que se volta para a compreensão da intrínseca relação que se estabelece entre história e memória.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NAS ESCOLAS NORMAIS NA PARAÍBA

Até o final do século XIX, a instrução paraibana era incipiente e estava a cargo da iniciativa privada. Apesar do centralismo do império, em 1842, houve a iniciativa para implantar a instrução pública por toda a província de Parahyba do Norte que passou a contar com 22 cadeiras. Esse crescimento da oferta das cadeiras fez surgir a Diretoria da Instrução Pública, através da Lei 14, de 4 de outubro, que deu margem à elaboração do primeiro regulamento da instrução primária e secundária da Parahyba do Norte, com vista a organizar o setor da administração pública que estava crescendo.

Essa expansão se deu pela organização da oligarquia e da sociedade política através das relações locais, provincial, estadual e nacional que possibilitaram a estruturação da instrução pública. Nesse cenário de crescimento, em 1854, por reivindicação da povoação de Cajazeiras, que já tinha um “Colégio de Instrução Superior”, foi criada uma cadeira de instrução primária. Nesse período, a sociedade civil ainda era pouco organizada, não sendo possível pressionar o Estado a oferecer instrução pública a todos, além da economia ser predominantemente agrária, marcada por um contingente rural elevado, sendo boa parte formado por escravos que não tinham direito à escola.

Nesse cenário, o processo de expansão das cadeiras foi marcado por dois movimentos: um que lutava pela expansão da escola primária pública, através do aumento do número de cadeiras e outro que tentava conter essa expansão. Esse processo de criação e extinção das cadeiras era complexo, já que envolvia interesses políticos municipais. A criação das cadeiras e a respectiva provisão por professores davam-se por indicação de grupos eleitores ou por apadrinhamento de homens influentes da região, como forma de garantir a popularidade e o poder dos coronéis na região.

A primeira Escola Normal da Parahyba do Norte apresentava como características, ser gratuita e para ambos os sexos, porém, em espaços físicos diferenciados, instituição criada sem autonomia pedagógica e financeira e, sobretudo sem identidade própria. Foi pensada inicialmente, visando a preparação de professores para as atividades instrucionais relacionadas ao ensino primário, a fim de promover novas possibilidades para a Instrução primária na província. (ARAÚJO, 2010, p.185).

No Regulamento de 1884, art. 92, foram organizadas as matérias de ensino que deveriam preparar, qualificar e moldar o perfil do professor para o ensino primário, ora exigido por aquele contexto histórico. As matérias analisadas a seguir, foram distribuídas em cadeiras, a cadeira de Língua Nacional com estudos sobre a gramática teórica e prática, noções de literatura e exercício de redação. A cadeira de Pedagogia, e deveria ser trabalhado os seguintes conteúdos: história, organização escolar, metodologia. Educação normal, física e intelectual, prática dos métodos do ensino em todo o seu desenvolvimento e legislação do ensino.

A cadeira de geografia tinha como objetivo fornecer algumas noções e conceitos básicos específicos, noções de cosmografia, geografia geral, geografia e história prática. A cadeira de matemática envolvia conhecimentos de aritmética, geometria plana, a metrologia (sistema de pesos e medidas) e ao desenho linear. Quanto às cadeiras de Religião e de Prendas domésticas, não foi estabelecido nenhum conhecimento e/ ou atividade específica, porém deveria ter um caráter prático-utilitário no processo de formação de professores na Escola Normal, proporcionando elementos necessários à formação da conduta moral.

Quanto ao processo de avaliação de aprendizagem, determinou a realização de exames a serem aplicados apenas no final de cada ano escolar. através de provas escritas com ditado, composição e questões práticas de aritmética; práticas de caligrafia e desenho e provas orais com todas as outras matérias do programa. A avaliação desses exames era feita em quatro graus: distinção, aprovação plena, aprovação parcial ou reprovação.

Sob essa ótica, no entendimento do processo de organização da instrução pública, havia a necessidade dos gestores administradores conceberem a educação como um problema de

caráter nacional, sobretudo, para que fossem criadas formas eficientes de arrecadação de recursos para expansão da educação a uma maior parcela da população, possibilitando o acesso de todos ao ensino gratuito, promovido pelo Estado.

Para além da teoria, na prática os investimentos na área educacional não foram suficientes para acompanhar a era social moderna, marcada pela industrialização. Isso gerou uma luta dicotômica marcada, de um lado pelos intelectuais que lutavam por uma educação pública acessível ao povo. De outro lado, o Estado investia em programas de alfabetização fragmentados que, mais do que formar sujeitos habilitavam indivíduos, minimamente, para a leitura e escrita, o que assegurava o direito de se constituir como eleitor. A formação desse contingente de eleitores era necessária para o estabelecimento da unidade da nação e promulgação da nova ordem social. (PINHEIRO, 2002).

No caso da Paraíba, os conflitos gerados entre essa dualidade puderam ser sentidos, igualmente, no discurso de intelectuais e políticos da época, que conclamavam para o estado a expansão do sistema educacional. Embora na Paraíba e, por extensão, no Brasil, houvesse o reconhecimento por parte dos poderes, da necessidade de instituição do ensino primário gratuito e obrigatório, na prática isso não aconteceu. Prova dessa inércia é o alto índice de analfabetismo que assinala a década de 20, ou seja, apenas 25% da população em idade escolar estaria, efetivamente, na escola. Na Paraíba esse número caía para 13% de indivíduos em idade escolares ativos inseridos no sistema educacional. Esses índices eram considerados baixos para uma instrução que pretendia ser direcionada a todos.

Em 1921, na Paraíba, dos cento e oitenta mil meninos em idade escolar, só vinte mil recebiam a educação elementar. Constatava-se, então, a necessidade urgente de promover a educação primária por todo o estado. A intenção maior era reverter as altas taxas de analfabetismo, já que era prioridade do governo federal expandir e aperfeiçoar o ensino das primeiras letras. Fundamentado por essa realidade Pinheiro (2002, p. 157) destaca que para a promoção do ensino na Paraíba da época, o Estado deveria favorecer “[...] imposto especial destinado exclusivamente à instrução, auxílio do governo federal, animação à iniciativa particular para a fundação de escolas e prêmios aos professores pela alfabetização de alunos”.

Nesse cenário, no campo educacional, os profissionais expressavam através das grandes conferências nacionais discussões sobre as alterações qualitativas e quantitativas, que possibilitariam a modernização da rede de ensino público. Era, pois, o momento oportuno para repensar e reestruturar a educação brasileira, tornando-a acessível a todos.

De acordo com Araújo; Freitas; Lopes (2008), entre o período de 1835 a 1960, registra-se a gênese e implantação de 20 Escolas Normais, sendo a Paraíba, em uma perspectiva

cronológica, a décima quarta província a criar sua Escola Normal. Segundo Kulesza (2008, p.263), a Escola Normal paraibana fora instaurada a partir da lei 761, “promulgada em 7 de dezembro de 1883 e regulamentada em 30 de junho de 1884, [que] havia extinguido o Liceu Paraibano, implantando uma Escola Normal de dois graus.

No caso da Paraíba, a partir de 1916 a escola pública iniciou o processo de mudança no sistema de ensino, que passou das cadeiras isoladas para os grupos escolares. Os grupos escolares surgiram, portanto, como outra modalidade estrutural do sistema educacional brasileiro. Surgiu a oportunidade através desse novo espaço, a garantia, a partir de normas e regulamentos, de implantação de diretrizes pedagógicas relacionadas a um novo modelo de atuação nos espaços das salas de aula.

No Brasil e na Paraíba, a escolarização pública pode ser mapeada por dois períodos, ora distintos, ora relacionados. O primeiro refere-se a era das *cadeiras isoladas* que se “[...] constituiu como o modelo de organização escolar implantado pelo Marquês de Pombal e mantido até os anos de 1915 e 1916”. (PINHEIRO, 2002, p.7). Esse modelo não se configurou, efetivamente, como uma educação pública e organizada.

A partir dos anos de 1915 e 1916 surgiram os *grupos escolares*, assinalando uma nova organização do sistema educacional brasileiro, especificamente no âmbito do ensino primário, que passou a ser organizado em séries. Procurou-se, efetivamente, com esse modelo o agrupamento e classificação de alunos por idade e pelo nível e domínio dos conteúdos escolares, numa busca de homogeneização do público que compunha as salas escolares.

Nas primeiras décadas da implantação dos grupos escolares, foram discutidas questões referentes à gradação do ensino como também, tentou-se definir o número ideal de salas, já que se constituíam como edificações suntuosas, não podendo ser hipertrofiadas.

Os grupos escolares propiciavam ao Estado brasileiro benefícios que, de um lado aperfeiçoavam o controle estatal sobre o sistema educacional, uma vez que através desse modelo os mecanismos de disciplina foram aperfeiçoados, instituindo o tempo de forma padronizada e a racionalização dos recursos. Como consequência, surgiram as equipes pedagógicas, o corpo técnico-administrativo, responsáveis diretos pela organização da estrutura escolar que estava se implantando, já que a preocupação com o cumprimento das funções escolares era necessária para desenvolver o trabalho no âmbito da escola. Assim, fortaleceu-se o sistema produtivo capitalista, ou seja, o desenvolvimento da escola, de forma organizada, que traria como consequência o desenvolvimento do trabalho. Também, destacou-se como tarefa da escola a preparação do homem ideal ao culto dos valores patrióticos, indispensáveis à formação do cidadão.

No seio das transformações culturais, políticas e econômicas da época, a Paraíba, através da elite, começou a se preocupar com a implantação das reformas educacionais. Assim, em 1916 foi criado o primeiro grupo escolar da Paraíba. Mais tarde, em 1917, ainda os intelectuais, professores locais, preocupados em formular diretrizes pedagógicas, através de Regulamento, no artigo 90, decreto nº 873, procuraram incentivar a educação local, voltada para uma produção pedagógica que atendesse aos ideais pedagógicos, tendo entre esses recursos o livro didático. Era, portanto, necessário modernizar o ensino e, assim, manter e assegurar a ideologia dominante.

Na tentativa de buscar a identidade educacional paraibana, os intelectuais e políticos paraibanos defendiam uma educação humanista, com a principal preocupação na formação do indivíduo, humanizando-o na tentativa de fortalecer a Nação. Priorizava-se nessa formação o culto à moral, aos bons costumes, os ideais que atendiam aos interesses da Nação.

Nessa perspectiva, a escola deveria ser responsável pela educação moral de seus alunos. Apareceu, portanto, como instituição responsável pela formação do caráter e como sede do sentimento patriótico a ser cultuado. As matérias ideais para estudo seriam aquelas que propiciassem a preparação do homem para a construção do Estado-Nação, a exemplo de história e geografia. Além disso, nas aulas de educação cívica, as crianças deveriam ser despertadas para o culto aos sentimentos de nacionalidade e de patriotismo.

O educador deveria dar atenção a essas questões para que a “ordem e o progresso”, defendidos pelos conservadores fossem colocados em prática. Para cumprir os objetivos da escola, foi lançado em 1922, o livro de história, destinado ao ensino primário público, intitulado *Pontos de História do Brasil*, da professora Eugênia Vieira, professora da Escola Normal da Parahyba do Norte. Esta obra tornou-se um marco importante na história do livro didático na Paraíba, uma vez que as ideias por ele propagadas assemelhavam-se aos objetivos dos ideais pedagógicos da época. Sobretudo porque relacionava os fatos ocorridos na Paraíba, naquele período, com aspectos do contexto brasileiro.

Esse ideário pedagógico que destacava que a escola seria a responsável pela formação do sentimento patriótico, tornou-se hegemônico, através do discurso nacionalista patriótico, a fim de ampliar as forças produtivas do capital, e para intelectuais, professores e gestores como espaço de difusão dessas ideias, materializadas através do livro. Reforce-se a importância da normatização da cadeira de educação moral e cívica, implantada pela primeira vez na Paraíba, na Escola Normal e Liceu Paraibano, para em seguida ser colocada nos grupos escolares.

Embora os novos ideais fossem propagados, o progresso da pedagogia moderna foi sendo incorporado ao cotidiano escolar de forma lenta. Ainda dominava o ensino livresco,

clássico, com a preocupação centrada nos aspectos metodológicos. Cabia, nesse cenário, aos professores aprender técnicas para trabalhar bem os conteúdos.

Na década de 1920, o ensino rural passou a ser defendido pela necessidade de ampliação dos objetivos educacionais. Além disso, evidenciava-se a preocupação com o ensino profissional secundário, assinalado pela implantação da Academia do Comércio Eptácio Pessoa, em 1925. O então Presidente do Estado, João Suassuna, declarou-se desejoso de que a Paraíba tivesse uma organização escolar modesta, dentro dos parâmetros financeiros do estado, devendo, nos seus limites, atender as necessidades reais do meio. Para tanto, propôs o aumento do orçamento estadual a fim de ampliar o sistema de instrução escolar.

Defendeu, também, a criação de um museu escolar para a exibição de filmes com conteúdos pedagógicos. Na época da criação dos grupos escolares, foram introduzidos currículos específicos para atender escolas, tanto do meio rural como do meio urbano. Verificou-se, também, uma preocupação com o sistema produtivo, com o desenvolvimento do trabalho. As crianças, para tanto, precisavam apresentar vocações a serem desenvolvidas.

Nos grupos escolares, o ensino primário começou a ser organizado em séries. Ainda mais, passou-se a organização de equipes pedagógicas e de corpos técnico-administrativos para atuarem nos espaços educacionais. O aumento da concentração de alunos reverteu-se na preocupação com a elaboração de regimentos internos e de espaços para ampliar as inovações do ensino. Entretanto, de forma negativa, verificou-se a fragmentação do trabalho pedagógico, pela distribuição do poder no interior da escola. Os grupos escolares surgiram, a priori, para se constituírem como espaço privilegiado para a difusão dos ideais escolanovistas na Paraíba. Nesse sentido, contribuíram para o aperfeiçoamento e sofisticação do controle do Estado, bem como a melhoria na qualidade do ensino público. Foi nesse período que houve um maior número de investimentos destinados à educação, já que as despesas com instrução e maior eficiência técnico-pedagógica propiciaram uma diminuição progressiva do analfabetismo local

Conclusão

A compreensão da prática docente, feita a partir das memórias de expressão oral de professores, permite o entrecruzamento de fatos passados e presentes. Enxerga-se, portanto, nessas memórias a possibilidade de (re)escrita da história de formação profissional, possibilitando a análise, compreensão e interpretação de realidades vividas e compartilhadas socialmente.

Essas memórias não derivam de histórias isoladas, posto que são relatos singulares, em que o sujeito é concebido como uma figura histórico-discursiva produzida pelos arquivos que derivam da/pela linguagem. São histórias construídas na prática do cotidiano, na colaboração, nas experiências compartilhadas, na participação em atividades diversas, na tomada de decisões e no desenvolvimento das responsabilidades sociais e políticas. São relações sociais que se estabelecem, a partir das condições concretas de trabalho da época, situando suas vozes quanto ao sentido e significado dado ao seu próprio trabalho e ao contexto histórico, político e econômico em que estavam inseridas.

Através das narrativas é possível construir relatos singulares, que se inter cruzam com as memórias coletivas. As histórias construídas na prática do cotidiano, na colaboração desses sujeitos, nas experiências compartilhadas, na participação em atividades diversas, na tomada de decisões e no desenvolvimento das responsabilidades sociais e políticas, podem produzir acontecimentos históricos, que serão consolidados e ampliados por essas narradoras particulares, que vão tecendo a história, desenhando as representações sociais.

Percebe-se, portanto, que é possível pela escuta e análise das vozes desses sujeitos singulares, nesse caso as professoras colaboradoras desta pesquisa, entendermos o fio condutor para profissão docente, a partir do entendimento de problemas e perspectivas inscritas na formação e prática dessas docentes.

Entendemos, assim, que a história também se infiltra no imaginário do povo, que pela ordem dos discursos quer se fazer enxergado, sentir-se plural. E é pela linguagem, segundo De Certeau (1998, p. 41) que esse imaginário pode se constituir história, ao dizer que: “A linguagem do imaginário multiplica-se. Ela circula por todas as nossas cidades. Fala à multidão e ela a fala. É o nosso, o ar artificial que respiramos o elemento urbano no qual temos de pensar”.

Na perspectiva de Meihy & Seawright (2020), a memória se constitui, pois, como mediadora entre o presente e o passado, entre o eu e o outro, entre o individual e coletivo. É através da linguagem, da narrativa que se processa o único resgate possível do passado, dos indícios, vestígios, sinais de um real vivido, experienciado e apresentados na narrativa oral que, evidentemente, constitui-se como matéria-prima para os estudos pautados na história oral.

Ainda mais, constituem-se como documentos indispensáveis para a presente pesquisa documentos dos acervos das escolas nas quais se formaram e atuaram as professoras colaboradoras, tais como documentos normalizadores de criação e estruturação e funcionamento das escolas em questão, atas, livros de matrícula, anuários, programas de disciplinas, diários pessoais, fotografias, dentre outros.

REFERÊNCIAS E FONTES

- ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia**. São Paulo: Moderna, 1996.
- ARAÚJO, Rose Mary de Souza. **Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX**. 309fl. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal DA Paraíba. João Pessoa, 2010.
- AZEVEDO, Fernando de. **Cultura Brasileira**. São Paulo: CEN, 1958.
- CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa**. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEI/UFU. 2 ed ver. Uberlândia: EDUFU, 2011.
- CARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa, Difel, 1990
- DE CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano 1: Artes do Fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- a, Marília, 2009.
- KULESZA, Wojciech Andrzej. **As Escolas Normais no Brasil: do Império à República**. Campinas, São Paulo. Alínea, 2008.
- LOPES, Eliane Maria Santos Teixeira. **Origens da educação pública: a instrução na revolução burguesa do século XVIII**. São Paulo: Loyola, 1996.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- MEIHY & HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- PINHEIRO, A. C. F. **Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002.
- SCOCUGLIA, A. C. **Histórias inéditas da educação popular: do Sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura**. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB; São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.
- TANURI, Leonor Maria. **História da Formação de Professores**. Revista Brasileira de Educação. Campinas: n.14, p. 61-88, mai./jun./jul./ago., 2000.
- TEIXEIRA, A. S. **Educação para a democracia: introdução à administração educacional**. 2 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1953. Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 3, v. 57.
- THOMPSON, P. **A Voz do Passado: História Oral**. Trad. Lólio L. de Oliveira. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.